

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parentes de mortos devem prestar contas com o Fisco..... 3

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Receita Federal e o "jeitinho brasileiro" (2)..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento aponta período desafiador para a área fiscal (3)..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo deverá decidir se União terá que devolver valores de PIS e Cofins..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por que o STF está na berlinda? - MARCUS ANDRÉ MELO..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

A juventude na mira da pandemia (2)..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Ala da Economia descarta novo pente-fino no INSS para aliviar Orçamento..... 16

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

"Houve falhas graves no processo de vacinação"..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avaliação presidencial em xeque..... 23

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira agiliza reforma tributária..... 25

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária reduz desníveis sociais e regionais (3)..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco de aumento de imposto na reforma inquieta Economia..... 27

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso tem compromisso de votar reformas tributária e administrativa em 2021, diz Lira  
..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Para qual passado vamos retornar? - ROBERTO BRANT..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Vacina no braço e comida no prato (2) ..... 30

# Parentes de mortos devem prestar contas com o Fisco



**MARINA BARBOSA**

Apesar da dor de perder um parente, sobretudo, para a covid-19, quem passou por essa situação precisa ficar atento às regras da declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Especialistas explicam que, em muitos casos, é preciso prestar contas com o Leão, mesmo depois do óbito, para evitar a malha fina. E admitem que, devido aos recordes de mortes observados por conta da pandemia da covid-19, esta tem sido uma dúvida comum na temporada do IRPF de 2021.

O país já contabiliza quase 400 mil mortes no país por conta da pandemia mas, para o Fisco, o CPF dessas pessoas não é cancelado imediatamente. Por isso, se não houver inventário aberto, será preciso fazer a declaração do Imposto de Renda sobre os rendimentos de 2020 do familiar falecido. "A dúvida sobre a necessidade de fazer declaração das vítimas é recorrente. Sabemos que é um momento difícil, mas os herdeiros têm que observar isso, porque a covid-19, enquanto doença, não mudou nada em termos de declaração", alerta o coordenador da Comissão do Imposto de Renda do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Adriano Marrocos. Em nota, a **Receita Federal** informa que "os critérios de obrigatoriedade de entrega da declaração do Imposto de Renda não diferenciam se a pessoa está viva ou falecida. Assim, mesmo com o falecimento, continua a obrigação de apresentar a declaração do IRPF nos casos citados na Instrução Normativa".

Logo, todos os brasileiros que se encaixam nas regras do IRPF 2021 precisam apresentar a declaração. Ou seja, se teve um rendimento tributável superior a R\$ 28.559,70; uma receita bruta superior a R\$ 142.798,50

em atividades rurais; rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, superiores a R\$ 40.000,00; e ganho de capital em bolsas de valores, é preciso prestar contas ao Leão, independentemente da morte. A responsabilidade de apresentar essa declaração é dos cônjuges, dependentes e herdeiros do falecido ou do inventariante, quando há bens a inventariar e o inventário já foi aberto.

"A Receita controla o rendimento e as despesas do contribuinte por meio do CPF. Então, enquanto o CPF existe, é preciso prestar contas ao Leão. E, nesse grupo, não estão dispensados os falecidos. Portanto, se alguém da sua família faleceu e ele, em 2020, durante o período em que esteve gerando renda, esteve enquadrado em uma das condições da obrigatoriedade, você tem que entregar a declaração e terá que fazer isso até o CPF ser baixado", destaca Marrocos.

O CPF, por sinal, não pode ser cancelado logo depois da morte quando o falecido tem bens, direitos e obrigações a inventariar. Neste caso, o CPF é convertido no CPF do espólio, que é o conjunto de bens, direitos e obrigações da pessoa falecida. Por isso, só pode ter baixa após o encerramento do inventário e da partilha. Quando há inventário, é preciso apresentar a declaração anual do IRPF do espólio até a conclusão do processo de partilha entre os herdeiros. "Para a **legislação tributária**, a pessoa física do contribuinte não se extingue imediatamente após sua morte, prolongando-se por meio do seu espólio", explica a **Receita Federal**.

## Tipos de declaração

Por conta desse detalhe, há diferentes tipos de declaração do IRPF que devem ser apresentadas após a morte: a declaração inicial de espólio, que corresponde ao ano seguinte ao óbito; a declaração intermediária de espólio, que é cobrada a partir do segundo ano do óbito, até que haja a decisão judicial de inventário e partilha de bens; e a declaração final de espólio, que é exigida no ano seguinte ao encerramento do inventário e da partilha de bens.

"A declaração deve ser entregue até que os bens sejam transferidos aos herdeiros, ou seja, até encerrar o inventário. É só com a declaração de encerramento

do espólio que o CPF tem baixa", orienta o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Sescon-SP), Reynaldo Lima Jr.. "Só quando liquidar o inventário, e a declaração de bens do falecido ficar zerada, é que se deve solicitar à Receita o cancelamento do CPF", complementa Marrocos.

Os especialistas garantem, contudo, que o preenchimento da declaração de espólio é simples. Segundo eles, a declaração deve ser preenchida da forma usual, com o nome, o CPF, os bens e os rendimentos da pessoa falecida, e diferencia-se de uma declaração comum por apenas dois detalhes. Para identificar que se trata de uma declaração de espólio, é preciso selecionar o código 81, no campo "natureza de ocupação" da ficha de identificação do contribuinte. Com isso, o código de ocupação principal fica em branco. Além disso, é preciso apresentar o nome e o CPF do inventariante na ficha de espólio da declaração.

Assim como as condições de obrigatoriedade, as regras de dedução de uma declaração de espólio são as mesmas dos demais contribuintes. "Gastos com saúde e educação podem ser deduzidos, mas o sepultamento não é dedutível", destaca Marrocos. Além disso, é possível manter os dependentes do falecido nas declarações de espólio, desde que esses dependentes não tenham recebido rendimentos ou tenham recebido os mesmos rendimentos do espólio.

O processo para que esses dependentes recebam a restituição do IR, quando o falecido tiver esse direito, contudo, é um pouco mais complicado. Segundo a **Receita Federal**, quando não há bens sujeitos a inventário, o cônjuge ou herdeiro deve solicitar a restituição à Delegacia da **Receita Federal do Brasil**, mediante a apresentação da certidão de óbito, de comprovação dos dependentes e de declaração de inexistência de bens a inventariar. Quando não há dependentes, é obrigatória a apresentação de alvará judicial ou escritura pública extrajudicial que defina o direito do sucessor e o percentual a ser pago. O alvará e a escritura pública também são exigidas quando há bens a inventariar.

A declaração inicial de espólio, no entanto, só deve ser apresentada para quem faleceu no ano de 2020. Se o óbito ocorreu neste ano de 2021, a declaração deve ser entregue da mesma forma dos contribuintes vivos. Afinal, o IRPF 2021 diz respeito ao ano-base 2020, quando o contribuinte ainda estava vivo. "Se faleceu de janeiro até agora, a declaração é normal, já que ele estava vivo e recebendo rendimentos em 2020. Neste caso, só em 2022 é que deve ser feita a declaração referente ao espólio", explica o presidente do Sescon-SP. "É preciso ter atenção. Esta questão gera muita

confusão e é um erro comum, que acaba fazendo muitos caírem na malha fina. Mas, se houver algum erro, é só retificar para resolver o problema. Não há ônus", reforça.

#### Multa

Há a cobrança de multa quando a declaração de espólio não é entregue dentro do prazo definido pela **Receita Federal** para a declaração anual do IRPF, que acaba em 31 de maio. A multa varia de R\$ 165,74 a 20% do valor devido pelo contribuinte.

Segundo Lima Jr., isso não é difícil de ocorrer. "Como as pessoas estão em um momento difícil, geralmente acabam deixando isso em segundo plano. Mas, na hora que fizer o inventário, vai precisar apresentar a declaração em atraso e pagar a multa, que aumenta de acordo com o imposto devido", explica.

O presidente do Sescon-SP lembrou, por sua vez, que, neste ano, os brasileiros terão mais tempo para prestar contas com o Leão. É que a **Receita Federal** prorrogou o prazo de entrega da declaração anual do IRPF de 30 de abril para 31 de maio, por conta da pandemia de covid-19. E, se depender do Congresso Nacional, esse prazo será prorrogado, novamente, para 31 de julho, já que as restrições impostas pelo novo coronavírus têm atrapalhado alguns contribuintes na hora de recolher os documentos necessários à declaração.

O projeto de lei que estende o prazo de entrega da declaração do IRPF 2021 foi aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e aguarda a sanção do presidente Jair Bolsonaro, que ainda não deu sinais se vai acatar a proposta dos parlamentares ou ficar com o prazo estipulado pelo Fisco. A **Receita Federal** calcula, no entanto, que 15 milhões de contribuintes prestaram contas com o Leão até sexta-feira (23). A expectativa do órgão é receber 32 milhões de declarações neste ano.

"Sabemos que é um momento difícil, mas os herdeiros têm que observar isso, porque a covid-19, enquanto doença, não mudou nada em termos de declaração" Adriano Marrocos, coordenador da Comissão do Imposto de Renda do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) "A declaração deve ser entregue até que os bens sejam transferidos aos herdeiros, ou seja, até encerrar o inventário. É só com a declaração de encerramento do espólio que o CPF tem baixa" Reynaldo Lima Jr., presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo (Sescon-SP) 32 milhões previsão da **Receita Federal** para o número de pessoas que devem declarar o IRPF deste ano Hora de prestar as contas com o Leão Veja algumas dicas sobre como declarar o Imposto de

Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021. É preciso declarar o IRPF de quem faleceu?

Sim. Para a **legislação tributária**, a pessoa física do contribuinte não se extingue imediatamente após a morte, prolongando-se por meio do espólio. Espólio é o conjunto de bens, direitos e obrigações da pessoa falecida.

De quem é a responsabilidade?

Havendo bens, direitos e obrigações a inventariar, a declaração deve ser apresentada pelo inventariante. Enquanto não houver iniciado o inventário, as declarações são apresentadas por cônjuge, sucessor ou representante. Neste caso, o imposto devido deve ser pago pelo espólio.

Não havendo nada a ser inventariado, mas havendo a obrigatoriedade de entrega, a declaração pode ser apresentada por cônjuge, dependentes ou sucessores. Neste caso, o cônjuge ou os dependentes não respondem pelos **tributos** devidos pela pessoa falecida.

Quem precisa declarar?

A declaração segue a regra do IRPF. Logo, é obrigatória para quem recebeu, em 2020: Rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70; Receita bruta superior a R\$ 142.798,50 em atividades rurais; Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, superiores a R\$ 40.000,00; Ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; Possuía propriedade de bens ou direitos de valor total superior a R\$ 300.000,00 em 31 de dezembro.

Como fazer a declaração?

A declaração deve ser feita da forma tradicional para quem faleceu no ano de 2021, já que o IR 2021 diz respeito ao ano-base 2020. Se a morte ocorreu em 2020 e há bens, direitos e obrigações a inventariar, deve ser apresentada a Declaração Inicial de Espólio. Depois disso, é preciso apresentar, anualmente, a Declaração Intermediária de Espólio até que haja a decisão judicial de inventário e partilha. No ano seguinte ao inventário e à partilha, ainda é preciso apresentar a Declaração Final de Espólio para concluir o processo.

As declarações de espólio devem ser apresentadas em nome da pessoa falecida, com o CPF da pessoa falecida. É preciso selecionar o código 81, relativo a espólio, no campo "natureza de ocupação" da ficha de

identificação do contribuinte. O código de ocupação principal fica em branco. Porém, também é preciso apresentar o nome e o CPF do inventariante na ficha de espólio da declaração.

É possível fazer deduções?

Sim, as deduções seguem a regra do IRPF. Só na declaração final de espólio não são permitidas deduções.

Como ficam os dependentes?

É possível manter os dependentes do falecido nas declarações de espólio, desde que esses dependentes não tenham recebido rendimentos ou tenham recebido os mesmos rendimentos do espólio. A relação de dependência acaba com a apresentação da Declaração Final de Espólio.

O que ocorre se não for feita a declaração?

Há a incidência de multa, nos mesmos valores de quem apresentou a declaração fora do prazo. Isto é, de R\$ 165,74 até 20% do imposto devido.

Qual o prazo para a declaração?

O mesmo da declaração anual do IRPF de 2021. Isto é, 31 de maio.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC)



## »» Hora de prestar as contas com o Leão

### Veja algumas dicas sobre como declarar o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021

#### É preciso declarar o IRPF de quem faleceu?

» Sim. Para a legislação tributária, a pessoa física do contribuinte não se extingue imediatamente após a morte, prolongando-se por meio do espólio. Espólio é o conjunto de bens, direitos e obrigações da pessoa falecida.

#### De quem é a responsabilidade?

» Havendo bens, direitos e obrigações a inventariar, a declaração deve ser apresentada pelo inventariante. Enquanto não houver iniciado o inventário, as declarações são apresentadas por cônjuge, sucessor ou representante. Neste caso, o imposto devido deve ser pago pelo espólio.  
» Não havendo nada a ser inventariado, mas havendo a obrigatoriedade de entrega, a declaração pode ser apresentada por cônjuge, dependentes ou sucessores. Neste caso, o cônjuge ou os dependentes não respondem pelos tributos devidos pela pessoa falecida.

#### Quem precisa declarar?

» A declaração segue a regra do IRPF. Logo, é obrigatória para quem recebeu, em 2020:  
» Rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70;

» Receita bruta superior a R\$ 142.798,50 em atividades rurais;  
» Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, superiores a R\$ 40.000,00;  
» Ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;  
» Possuía propriedade de bens ou direitos de valor total superior a R\$ 300.000,00 em 31 de dezembro.

#### Como fazer a declaração?

» A declaração deve ser feita da forma tradicional para quem faleceu no ano de 2021, já que o IR 2021 diz respeito ao ano-base 2020.  
» Se a morte ocorreu em 2020 e há bens, direitos e obrigações a inventariar, deve ser apresentada a Declaração Inicial de Espólio. Depois disso, é preciso apresentar, anualmente, a Declaração Intermediária de Espólio até que haja a decisão judicial de inventário e partilha. No ano seguinte ao inventário e à partilha, ainda é preciso apresentar a Declaração Final de Espólio para concluir o processo.  
» As declarações de espólio devem ser apresentadas em nome da pessoa falecida, com o CPF da pessoa falecida. É preciso selecionar o código 81, relativo a espólio, no campo "natureza de ocupação" da ficha

de identificação do contribuinte. O código de ocupação principal fica em branco. Porém, também é preciso apresentar o nome e o CPF do inventariante na ficha de espólio da declaração.

#### É possível fazer deduções?

» Sim, as deduções seguem a regra do IRPF. Só na declaração final de espólio não são permitidas deduções.

#### Como ficam os dependentes?

» É possível manter os dependentes do falecido nas declarações de espólio, desde que esses dependentes não tenham recebido rendimentos ou tenham recebido os mesmos rendimentos do espólio. A relação de dependência acaba com a apresentação da Declaração Final de Espólio.

#### O que ocorre se não for feita a declaração?

» Há a incidência de multa, nos mesmos valores de quem apresentou a declaração fora do prazo. Isto é, de R\$ 165,74 até 20% do imposto devido.

#### Qual o prazo para a declaração?

» O mesmo da declaração anual do IRPF de 2021. Isto é, 31 de maio.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

# A Receita Federal e o "jeitinho brasileiro"

## (2)

**Álamo Chaves**

O "jeitinho brasileiro" é uma das piores particularidades da cultura brasileira, considerando o conceito sociológico de cultura. Embora criativas, as soluções encontradas pelos brasileiros para burlar leis e normas refletem a identidade corrompida de um país que se valeu de explorações diversas até se firmar como nação. Ainda que sejam práticas corruptas do cotidiano, é no cenário político que elas apresentam maior visibilidade e repercussão. A mais recente, por exemplo, ocorreu na **Receita Federal**. Em relatório divulgado na primeira semana de abril, o órgão defendeu o aumento das tributações sobre livros argumentando que pessoas pobres não leem.

Desde meados do ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer acabar com o benefício que reduz o custo na produção de livros e arrecadar, ao menos, 12% da receita bruta das editoras. Entretanto, a Constituição Federal veda aos órgãos federativos instituir **impostos** sobre "livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão". Ou seja, a medida pode ser considerada inconstitucional. Para mais, um dispositivo de lei de 2014 concedeu isenção de PIS e Cofins sobre a receita na venda de livros e no papel usado em sua confecção.

Guedes segue na contramão da carta magna para defender seu projeto de **reforma tributária** em que as editoras não serão mais isentas de pagar PIS e Cofins, passando a "colaborar" com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Em consonância com o titular da Economia, a **Receita Federal** publicou o recente relatório com perguntas e respostas sobre a CBS para explicar o motivo do novo tributo ser cobrado na venda de livros.

O documento lança mão de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para sustentar a tese que pessoas pobres não leem e, por isso, o governo deveria aumentar a tributação. "De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, as famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos", informa o documento. O relatório acrescenta que "dada a escassez dos recursos públicos, a tributação dos livros

permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objeto de políticas focadas, assim como é o caso dos medicamentos, da saúde e da educação no âmbito da CBS".

A falta de consumo de livros por grande parte dos brasileiros, que deveria ser vista pelo poder público como um grande problema, foi considerada solução para outro entrave: a crise econômica. E, nesse contexto, o governo demonstra que o "jeitinho brasileiro" já se tornou uma prática institucionalizada dentro da máquina pública.

Como pode um país mergulhado numa crise sanitária, financeira e social facilitar a compra e o porte de armas e dificultar ainda mais o acesso aos livros para a camada mais pobre da população? A luta contra essa realidade pode parecer mera batalha utópica, mas é necessária para levantar a voz em denúncias contra as práticas disparatadas, que, lamentavelmente, parecem estar longe de acabar.

Álamo Chaves, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região de Minas Gerais e Espírito Santo

Site: <http://digital.em.com.br/>

# Orçamento aponta período desafiador para a área fiscal (3)

Faria muito bem ao país se o déficit crie credibilidade que atinge a política ambiental, a política externa e, tragicamente, a política de saúde pública, ficasse longe da economia. Mas rachaduras já surgiram e a sanção do Orçamento pode agravar o problema.

Depois de negociações duras, o resultado é que em 2021 haverá um Orçamento que aponta para direções opostas. De um lado, haverá cortes e bloqueios de verbas que colocarão as despesas discricionárias-aquelas sobre as quais o Executivo pode decidir-em um nível baixo ao extremo: R\$ 87 bilhões. Isso será feito para que as despesas caibam sob o teto, fixado em R\$ 1,486 trilhão este ano.

De outro, há uma avenida para os gastos de combate à covid-19 e suas repercussões. O governo poderá realizar despesas acima do teto de gastos para: bancar programas emergenciais de crédito, reeditar o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e reforçar dotações para gastos em saúde relacionados à pandemia. Essa autorização foi dada com uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, aprovada na segunda-feira passada pelo Congresso.

O "arrocho" foi anunciado depois. Ao sancionar a lei orçamentária, o presidente Jair Bolsonaro vetou R\$ 11,9 bilhões em emendas de parlamentares e R\$ 7,9 bilhões em despesas da União. Adicionalmente, foi anunciado um contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias. Esse último valor pode ser liberado, a depender do andamento das contas ao longo do ano.

Com isso, há quem fale em risco de desligamento ("shutdown") da máquina pública, algo desmentido pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Áreas menos prioritárias, do ponto de vista do Palácio do Planalto, tendem a sofrer mais.

Mas o que acendeu o sinal de alerta no Tribunal de Contas da União (TCU) é o que acontecerá acima do teto de gastos. A alteração na LDO autoriza a edição de créditos extraordinários (que são contabilizados fora do teto) para a pandemia e não estabelece limite. Além disso, retira essas despesas do cálculo do resultado primário das contas públicas, num desenho que faz lembrar os tristes tempos da "contabilidade criativa".

A falta de limite é o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma chamar de "cheque em branco". Ele chegou a dizer, numa live, que a economia não seria derrubada se o país gastasse mais 1 % do Produto Interno Bruto (**PIB**) para enfrentar a crise sanitária. O que derruba a economia, disse, é "cheque em branco".

Não foi por acaso que, enquanto a alteração da LDO era votada no Congresso, o Ministério da Economia divulgou uma nota informando que os gastos com a reedição do BEm serão de R\$ 10 bilhões e, com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de R\$ 5 bilhões. Tentou-se estabelecer ali um limite.

Contudo, não faltam pressões para elevar esses montantes. Há articulações no Congresso, com apoio de integrantes do próprio governo, para dobrar o aporte no Pronampe. Além disso, setores da equipe econômica acompanham com atenção o andamento de um projeto de lei que cria condições especiais de financiamento para o setor de eventos, duramente prejudicado pela pandemia.

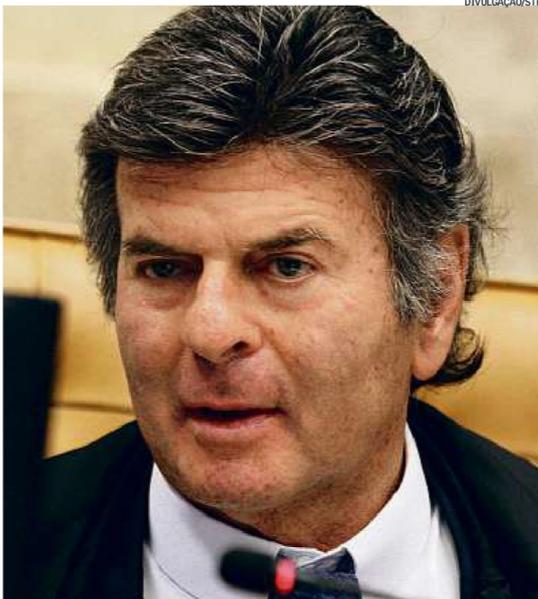
O Ministério da Economia também espera derrubar na Justiça a migração de funcionários da antiga Secretaria de Receita da Previdência para a carreira de analistas da **Receita Federal**. É uma conta de R\$ 2,7 bilhões. A medida havia sido vetada 12 anos atrás pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O veto foi derrubado pelo Congresso nesta semana.

O futuro incerto das contas públicas reflete a falta de visão, coragem e liderança política para promover um ajuste estrutural nos gastos do governo federal. As intenções reformistas de um ministro da Economia liberal empacaram na história do presidente Jair Bolsonaro, que pautou sua atuação parlamentar na defesa de interesses corporativos.

A chamada "PEC Emergencial" e, agora, a LDO de 2022 deixaram espaço para a concessão de reajustes salariais para servidores. A alta da **inflação**, por sua vez, empurrará o teto de gastos para cima, de forma que no ano eleitoral haverá R\$ 106,1 bilhões a mais para impulsionar inaugurações. Ao que tudo indica, 2022 será mais um ano em que a política fiscal jogará apenas para cumprir a tabela, na melhor das hipóteses.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Supremo deverá decidir se União terá que devolver valores de PIS e Cofins



Luiz Fux recebeu ofício da PGFN que detalha impacto do julgamento para a União



Ricardo Soriano de Alencar, da PGFN



Professor Roque Antonio Carrazza

**Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e Brasília/ Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e Brasília/ Beatriz Olivon e Joice Bacelo De Brasília e Rio**

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá decidir, na quinta-feira, se a União terá que devolver os valores cobrados indevidamente das empresas por causa do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. A Fazenda Nacional fala em perdas de R\$ 258,3 bilhões e vem usando esse número para tentar sensibilizar os ministros. Já os contribuintes contestam esse resultado e afirmam que uma decisão favorável à União seria catastrófica para o mercado.

A Corte decidiu em março de 2017 que o ICMS não se caracteriza como receita ou faturamento e, por esse motivo, tem de ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais - reduzindo, portanto, os valores a pagar ao governo em PIS e Cofins. O que os ministros vão julgar, agora, é o alcance dessa decisão.

A União tenta reduzir o impacto para os cofres públicos. Pede, por meio de embargos de declaração, que os ministros apliquem ao caso a chamada modulação de efeitos. Essa medida serve para impedir que a decisão seja aplicada de forma retroativa.

Se o STF for por esse caminho, as empresas teriam garantido o direito de recolher PIS e Cofins sem o valor de ICMS embutido no cálculo, mas não poderiam

receber de volta o que pagaram ao governo no passado.

Em entrevistas ao Valor, o tributarista Roque Antonio Carrazza rejeita a ideia de "rombo" no orçamento, enquanto o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, sustenta que a modulação de efeitos é fundamental para garantir a segurança jurídica (ver abaixo).

A modulação de efeitos sem que, pelo menos, sejam garantidos os direitos das empresas que têm ações judiciais sobre o tema, dizem os advogados, provocaria um abalo no mercado.

Com decisões favoráveis, muitas empresas registraram seus créditos nos seus balanços e vêm fazendo compensações (uso do crédito para quitar **tributos**). Esses valores, além disso, são contabilizados como ganho e as companhias já repassaram parte aos acionistas, como dividendos, e aos funcionários, por meio dos programas de participação nos lucros - além de ter recolhido Imposto de Renda sobre tais quantias.

Antes de analisar o pedido da União, no entanto, os ministros vão ter que decidir sobre uma questão processual. Há dúvidas, na Corte, se são necessários seis ou oito votos para aplicar a modulação de efeitos nos julgamentos dos recursos extraordinários.

Os ministros vinham utilizando a regra das ações diretas de inconstitucionalidade, que prevê o quórum qualificado de oito votos. Mas, ao julgar uma questão de ordem em dezembro de 2019, eles entenderam que para recursos extraordinários em que não há declaração de inconstitucionalidade de ato normativo se poderia, com base no Código de Processo Civil (CPC), aplicar a maioria simples, de seis votos. Dois ministros não estavam presentes no julgamento e, por esse motivo, o STF voltará a debater a questão.

Um outro ponto de tensão do julgamento dos embargos de declaração trata sobre o ICMS que deve ser retirado do cálculo do PIS e da Cofins. A União entende que tem de ser o imposto efetivamente recolhido aos Estados. Já os contribuintes defendem o ICMS que consta em nota fiscal-geralmente maior.

A PGFN, em ofício enviado ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, neste mês, diz que o cálculo que previu os R\$ 258,3 bilhões de impacto aos cofres públicos foi feito com base no ICMS recolhido aos Estados. Se prevalecer o que consta na nota fiscal, afirma, "o impacto se multiplicará a valores imprevisíveis".

Esses valores que vêm sendo utilizados pelo órgão,

no entanto, são vistos com desconfiança no meio jurídico. O Valor teve acesso ao documento em que consta o cálculo utilizado para estimar o impacto da chamada "tese do século". Trata-se da Nota Técnica nº 167, de 2020, produzida pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) da **Receita Federal**.

Os técnicos da Receita aplicaram a alíquota de 9,25% sobre a soma das arrecadações de ICMS e ISS de 2014 a 2018.0 resultado foi atualizado ano a ano, até 2020, pela variação da Selic. Eles descontaram, então, a parcela referente ao ISS e chegaram à cifra de R\$ 258,3 bilhões. Procurado, o Ministério da Economia preferiu não se manifestar sobre o assunto.

"Eles levaram em conta a alíquota de 9,25%. Mas só recolhem esse percentual as empresas no lucro real [que faturam acima de R\$ 70 milhões por ano], e nem todas, porque a lei abre exceções. A maioria paga 3,65% de PIS e Cofins", diz o advogado Nicolau Haddad Neto sobre as inconsistências do cálculo.

O tributarista Breno Vasconcelos, além da questão da alíquota, observa que nem todo contribuinte de ICMS paga PIS e Cofins e não há nenhuma indicação no documento de que as isenções e imunidades, por exemplo, tenham sido consideradas nesse cálculo. Também não há indicativo, ele afirma, de que tenham sido levadas em conta somente as empresas com ações sobre o tema para calcular os valores que terão que ser devolvidos pela União.

-  
Carrazza contesta alegação de "rombo" para governo

Roque Antonio Carrazza estava no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) quando os ministros, em 2014, por maioria de votos, decidiram excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Após anos de tramitação, outro recurso foi julgado em 2017, desta vez com status de repercussão geral, sob os olhos atentos do advogado, que é professor titular de direito tributário da PUC-SP e autor de ao menos 14 livros nessa especialidade.

Para Carrazza, dizer agora que a restituição do que foi pago no passado produzirá um "rombo" não previsto no orçamento da União, além de ser falso, não justifica a modulação dos efeitos da decisão. Ele ainda nega, em entrevista ao Valor, que o governo foi pego de surpresa.

Valor: O que significa o desfecho desse caso para o contribuinte?

Roque Antonio Carrazza: Se, como se espera, for totalmente favorável ao contribuinte, representará,

sem dúvida, a confirmação dos seus direitos constitucionais subjetivos, máxime o de recolher o PIS e a Cofins nos montantes devidos e de reaver ou compensar o que pagou "a maior". Concordo que os interesses fazendários são importantes, mas só podem prevalecer quando em sintonia com os superiores interesses públicos, como o de só ser obrigado a suportar **tributos** lançados e cobrados de acordo com os ditames constitucionais e legais.

Valor: Por que o contribuinte é contra a modulação de efeitos?

Carrazza: Simplesmente porque ela descabe no caso em julgamento. Houve a declaração da inconstitucionalidade da inserção do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. O decidido no RE 574706 não alterou a jurisprudência dominante, mas, pelo contrário, confirmou a posição do STF firmada nos autos do RE 240785. E a modulação, negando a possibilidade de repetição do indébito, convalidará o enriquecimento ilícito da União, em afronta aberta ao direito de propriedade, que, entre outras consequências, proíbe que tenham os **tributos** efeitos confiscatórios. Depois, é muito fraco, para dizer pouco, o argumento fazendário, de que a União foi tomada de surpresa com a decisão em tela. Rememore-se que o assunto vem sendo julgado desde 1992.

Valor: Qual é o quórum necessário para a modulação de efeitos?

Carrazza: A meu sentir, oito votos, ou seja, os votos de dois terços dos ministros, como determina o artigo 27 da Lei nº 9.868, de 1999.

Valor: Qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e Cofins?

Carrazza: Sem dúvida, todo o ICMS destacado na nota fiscal, como consta do voto da eminente relatora, a ministra Cármen Lúcia, que foi acompanhado pela maioria. Sua Excelência deixou claro que todo o ICMS não se inclui na definição de faturamento, pelo que não pode integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Valor: Como a mudança de composição do STF, em relação a março de 2017, pode afetar o julgamento dos embargos de declaração?

Carrazza: Entendo que isso não vai acontecer. Em relação à modulação, minha expectativa é a mais otimista possível. De fato, os ministros e ministras do Supremo, mesmo os que nele ingressaram depois de março de 2017 (os ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques), são juristas consagrados e experientes, que votam de acordo com sua ciência.

Certamente não se deixarão influenciar por eventuais pressões, venham de onde vierem.

Valor: A conclusão desse caso vai afetar as chamadas teses filhotes?

Carrazza: Não necessariamente, muito embora o precedente abra espaço a novas discussões jurídicas. Assim, por exemplo, as questões da eventual exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins, bem como, dessas próprias contribuições das suas bases de cálculo, demandarão novos e renovados estudos da parte dos ministros do Supremo.

-

PGFN defende modulação e exclusão de imposto recolhido

Ricardo Soriano de Alencar tinha acabado de ingressar na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quando começava a tramitar, no Supremo Tribunal Federal (STF), o processo que virou o primeiro importante precedente para os contribuintes na discussão sobre a exclusão do ICMS das contribuições do PIS e da Cofins - o RE 240785. No órgão desde 2000, Soriano veio a assumir o cargo de procurador-geral em maio de 2020 e, desde então, vem acompanhando de perto o desenrolar da chamada "tese do século".

Em entrevista ao Valor, o procurador-geral defende a modulação dos efeitos da decisão de 2017, a exclusão do ICMS efetivamente recolhido pelos contribuintes e analisa o futuro das chamadas "teses filhote".

Valor: O que significa o desfecho do caso para a União?

Ricardo Soriano de Alencar Segurança jurídica e previsibilidade para todos. A jurisprudência, moldada ao longo de décadas, conferia à União certeza quanto à arrecadação e à sistemática de tributação. A confirmação do critério de liquidação e a modulação de efeitos, neste momento, são fundamentais para estabilização do tema e resolução definitiva de milhares de litígios.

Valor: Por que a PGFN defende a modulação de efeitos?

Alencar: A modulação tem por fundamento a própria segurança jurídica. O julgamento de março de 2017 foi disruptivo. Nele, o STF, pontualmente, mudou seu entendimento sobre uma série de premissas do sistema tributário. Toda a atividade empresarial e todas as políticas públicas eram planejadas levando em conta o quadro jurisprudencial de então. Tratava-

se de entendimento respaldado por súmulas e recurso repetitivo do STJ. De se notar, aliás, que esse caráter inovador é reconhecido por precedentes do próprio STF, que atestavam que a definição do tema na Corte só ocorreria com o RE 574706 (AgRg na AC 3643/RJ).

Valor: Qual é o quórum necessário para a modulação de efeitos?

Alencar Por se tratar de mudança da jurisprudência histórica, que contrariou o próprio entendimento do STF sobre a possibilidade de cobrança de tributo sobre tributo (vide o RE 582461), o tema pode ser definido pela maioria absoluta do colegiado, nos termos do artigo 927, parágrafo 3o, do CPC.

Valor: Qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e Cofins?

Alencar O ICMS a recolher, sob pena de o contribuinte se beneficiar com a restituição de valores que não foram pagos por ele, mas nas etapas anteriores da cadeia produtiva. Quanto maior a cadeia, maior seria a restituição em cascata. O ICMS pago na etapa anterior da cadeia entra como custo do produto adquirido e não como tributo que transita na sua contabilidade e é destinado ao Estado. Trata-se, portanto, de ônus fiscal de terceiro, já que gera um crédito para ser abatido por esse terceiro, que também é contribuinte.

Valor: Como a mudança de composição do STF, em relação a março de 2017, pode afetar o julgamento dos embargos de declaração?

Alencar Qualquer avaliação nesse sentido não passaria de conjectura, suposição. E não é isso que deve interessar a todos, e sim a própria solução da controvérsia. A PGFN sabe da qualidade técnica do Supremo, tanto em 2017 como hoje.

Valor: A conclusão desse caso vai afetar as chamadas teses filhotes?

Alencar As teses filhotes ganharam esse nome justamente porque foram concebidas e reproduzidas a partir da mudança jurisprudencial ocorrida em março de 2017. O sistema tributário está estruturado com base no pressuposto de que o titular da quantia paga pelo adquirente na venda de mercadorias, toda ela, é o vendedor, não o Estado. Um tributo que incide sobre o preço não comportaria decotes. De todo modo, importa que cada tese filhote seja discutida individualmente, a fim de serem identificadas as semelhanças e as diferenças em relação ao Tema 69.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186824](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186824)**

# Por que o STF está na berlinda? - MARCUS ANDRÉ MELO

**MARCUS ANDRÉ MELO**

"Por que eu vou ser o único presidente da Argentina a não ter a sua própria Corte?"

Foi assim que Carlos Menem (1930-2021) justificou sua iniciativa de criar uma maioria na Suprema Corte argentina. O caso ilustra um paradoxo já identificado na literatura: um Judiciário independente é difícil de emergir nos contextos em que se faz mais necessário; e fácil de se consolidar onde ele não importa.

Nas democracias maduras, como a Inglaterra, a Suprema Corte não importa muito. Tanto que uma só foi criada no país em 2009. Há um equilíbrio institucional robusto que dispensa não só sua existência mas também a adoção de uma constituição escrita.

Em regimes autoritários, as cortes importam pouco porque neles elas são facilmente manipuláveis. O efeito é não linear: elas importam muito nos casos intermediários. É nos casos de mudança de regime ou alternância de poder entre forças políticas díspares que o Judiciário adquire centralidade política. Nas democracias estabelecidas isso só ocorre em situações muito raras (EUA sob Trump). Estou tratando aqui de centralidade política; não protagonismo em questões morais e comportamentais.

No caso do STF, sua centralidade política alcançou contornos sem paralelo em democracias. Seu hiperprotagonismo é magnificado por três fatores: seu papel como corte criminal em contexto em que ocorreu um dos maiores casos de corrupção já registrados e que atinge uma massa inédita de agentes políticos, inclusive três presidentes da República; a contenção que exerce em relação a um Executivo autoritário e populista, cujo discurso é abertamente antidemocrático; e pela elevada heterogeneidade política -que é produto da alternância- e modus operandi individualizado.

Este último se expressa no ativismo processual e produz intensa cacofonia. O individualismo é insidioso: os casos controversos em que a corte atuou de ofício, sem ser provocado (caso da Revista Crusoé), o leitmotif que deflagrou o processo foi o envolvimento de um membro do próprio Supremo nas denúncias.

E o que é muito mais grave: motivações individuais ligadas à **Receita Federal** e a Lava Jato parecem explicar a alteração de voto e a reviravolta ocorrida no julgamento de Lula.

Inicialmente restrito à esquerda, a ofensiva à Corte concentra-se recentemente no bolsonarismo. Como mostrou Gretchen Helmke, em análise de 472 casos na América Latina, há expressiva correlação negativa entre ataques às Supremas Cortes (impedimento de juízes, CPIs, intervenções etc) e a avaliação que desfrutam junto à opinião pública.

O momento em que mais precisamos da Corte, é quando ela enfrenta os maiores ataques. E seu maior desafio.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49508>

## A juventude na mira da pandemia (2)

**André Sobrinho, Sociólogo e coordenador da Agenda Jovem da Fiocruz** **Helena Wendel Abramo, Socióloga, pesquisadora e autora de livros e artigos sobre a condição juvenil**

Se em 2020 os idosos estavam no foco da pandemia de Covid-19, o aumento da contaminação, os casos sintomáticos e a maior ocorrência de óbitos em pessoas mais jovens colocou a juventude na mira.

Nesse contexto atual, reforçam-se os apelos aos jovens para as medidas sanitárias de prevenção. Chama a atenção o fato que, de forma latente ou explícita, tem se desenhado um retrato da juventude como a responsável pela disseminação do vírus, em função do que se percebe como um comportamento insensato, fruto de uma incapacidade de controlar impulsos por diversão. Assumem destaque as notícias de festas e baladas.

Não se nega a importância de coibir esses eventos e a necessidade de dirigir mensagens aos jovens para que sejam conscientes. No entanto, agravos à saúde devem ser lidos por um duplo registro: epidemiológico e social. Reforçados mutuamente, podem subsidiar um enfrentamento da situação com respostas mais efetivas e combinadas, considerando a desigual realidade vivida pela maioria da juventude brasileira.

O fato é que são os jovens mais pobres que vêm sendo submetidos à exposição ao coronavírus, e não somente porque se amontoam em festas. A circulação ocorre em função de sua necessidade de trabalhar, estudar e "tocar a vida". Inclusive, apoiando os mais vulneráveis aos desdobramentos agudos da infecção.

Dados da Pnad mostram que 70% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam, em 2019, trabalhando ou procurando emprego. A grande maioria trabalha em situações precárias, agravadas na pandemia, como é o caso de empregos domésticos, operadores de telemarketing, entregadores de aplicativos, "empreendedores" em serviços e comércios de rua - são os "conta própria", que ficam, literalmente, por sua própria conta e risco; trabalhos com pouca ou nenhuma proteção, seja de **seguridade social** e trabalhista ou de exposição ao vírus.

Residem em moradias insalubres nas periferias urbanas e se deslocam em transportes públicos lotados. Entregadores e profissionais de saúde são talvez a imagem mais eloquente do papel essencial e ao mesmo tempo em alto risco dos jovens

trabalhadores na conjuntura da pandemia. Levantamento da Fiocruz estima que, de 2 milhões de trabalhadores da saúde na linha de frente hospitalar, 38,4% estão na faixa etária de até 35 anos.

A exposição ao coronavírus pela juventude exige uma leitura mais apurada. As ciências médicas e humanas devem subsidiar as maneiras mais adequadas de veicular mensagens, tanto para a juventude quanto sobre a juventude, deslocando os riscos de uma visão caricatural que ensaia transformá-la em bode expiatório no momento crítico em que vivemos.

Os jovens não devem ser foco apenas de mensagens preventivas, mas também de auxílio de renda e proteção nas atividades econômicas em que estão inseridos e pelas quais estão sendo sobrecarregados. Mais que tudo, necessitam de uma política de saúde coordenada pela qual se possa reduzir o contágio e acelerar a vacinação para todos, com vistas à retomada segura de suas vidas, de seus "corres" e dos seus sonhos.

[...] O fato é que são os jovens mais pobres que vêm sendo submetidos à exposição ao coronavírus, e não somente porque se amontoam em festas. A circulação ocorre em função da necessidade de trabalhar, estudar e "tocar a vida". Inclusive, apoiando os mais vulneráveis aos desdobramentos agudos da infecção

André Sobrinho, Sociólogo e coordenador da Agenda Jovem da Fiocruz

Helena Wendel Abramo, Socióloga, pesquisadora e autora de livros e artigos sobre a condição juvenil

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49508>**

# Ala da Economia descarta novo pente-fino no INSS para aliviar Orçamento

*Thiago Resende Bernardo Caram*

BRASÍLIA

Apontado como uma das justificativas para cortar o orçamento da Previdência neste ano, um novo pente-fino nos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) divide a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

Nas últimas semanas, foi discutido que, além dos efeitos da reforma nas regras de aposentadorias e pensões aprovada em 2019, o combate a fraudes promoveria queda nas despesas dessa área neste ano. Isso poderia, então, trazer um alívio ao Orçamento de 2021.

Sancionado nesta quinta-feira (22), o Orçamento foi aprovado pelo Congresso após o corte na projeção de despesas obrigatórias, inclusive da **Previdência Social**. Uma das justificativas apresentadas pelo relator do projeto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), foi justamente uma perspectiva de ampliar o pente-fino nos benefícios do **INSS**.

Nos últimos dias, Guedes disse a interlocutores que a ideia de um novo pente-fino foi colocada à mesa após pressão do Congresso para que o governo encontrasse espaço no Orçamento para acomodar emendas parlamentares -verbas para obras e projetos indicados por deputados e senadores em suas bases eleitorais. O plano, no entanto, era embrionário e não havia um programa elaborado.

A sugestão foi então discutida por técnicos do Ministério da Economia. Mas a área responsável pela medida avalia que há limitações para ampliar a operação de checagem dos benefícios na pandemia.

Após acordo com o Congresso, o Orçamento foi sancionado com vetos a verbas de ministérios e a uma parte das emendas parlamentares, o que abriu espaço para a recomposição das despesas obrigatórias, como aposentadorias e demais benefícios previdenciários.

O projeto aprovado pelo Congresso em março havia autorizado R\$ 691 bilhões em gastos com benefícios previdenciários neste ano, um valor subestimado em aproximadamente R\$ 16 bilhões, segundo os cálculos do Ministério da Economia.

Após o acordo, com corte de verbas em ministérios e emendas parlamentares, o valor previsto para esta conta em 2021 será recomposto e elevado para R\$ 707 bilhões.

Apesar da prolongada negociação, o acordo ainda exigirá acompanhamento dos gastos com a máquina pública ao longo do ano para que o governo cumpra com despesas obrigatórias.

Mesmo assim, uma ala do Ministério da Economia descarta a possibilidade de um pente-fino mais amplo na pandemia, o que seria feito por meio de perícias presenciais ou uma exigência de prova de vida, que atualmente está suspensa, por meio de biometria - processo que ainda está em fase de expansão.

Uma parte minoritária da pasta chegou a defender essas medidas para que o gasto com **Previdência Social** em 2021 ficasse mais perto de R\$ 691 bilhões, valor que foi aprovado pelo Congresso em março e gerou um impasse para evitar a falta de verba para pagamento de benefícios.

Em 2019, foi lançada uma operação de combate a fraudes com o pagamento de bônus a servidores responsáveis pela busca de irregularidades na Previdência. Esse mecanismo, segundo o **INSS**, continua neste ano.

"Existem algumas limitações ocorridas com a pandemia, mas que não afetam a efetividade da questão de combate às fraudes", afirma o **INSS**. O órgão reforça que adotou diversas alternativas para que os beneficiários não necessitem se deslocar a uma agência.

O pente-fino para buscar fraudes e irregularidades é comum em vem sendo adotado pelo governo nos últimos anos. Além do combate a ilegalidades, as ações são adotadas como forma de abrir espaço no cada vez mais comprimido Orçamento federal.

Entre 2016 e 2018, ainda sob a gestão do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), o governo anunciou uma varredura e convocou beneficiários de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez para passarem por perícias médicas. O plano colocou em revisão 1,2 milhão de benefícios.

Em 2019, o governo Jair Bolsonaro editou uma medida provisória que criou o programa especial para análise de benefícios com indícios de irregularidades, em vigor até hoje.

Além de aposentadorias e auxílios-doença, o pentefino também teve como alvo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é voltado a idosos e deficientes de baixa renda, mas era recebido irregularmente por **servidores públicos** estaduais e municipais.

O plano do time de Guedes autorizou a reavaliação de 3 milhões de pagamentos e buscava uma economia de até R\$ 9,8 bilhões em menos de um ano.

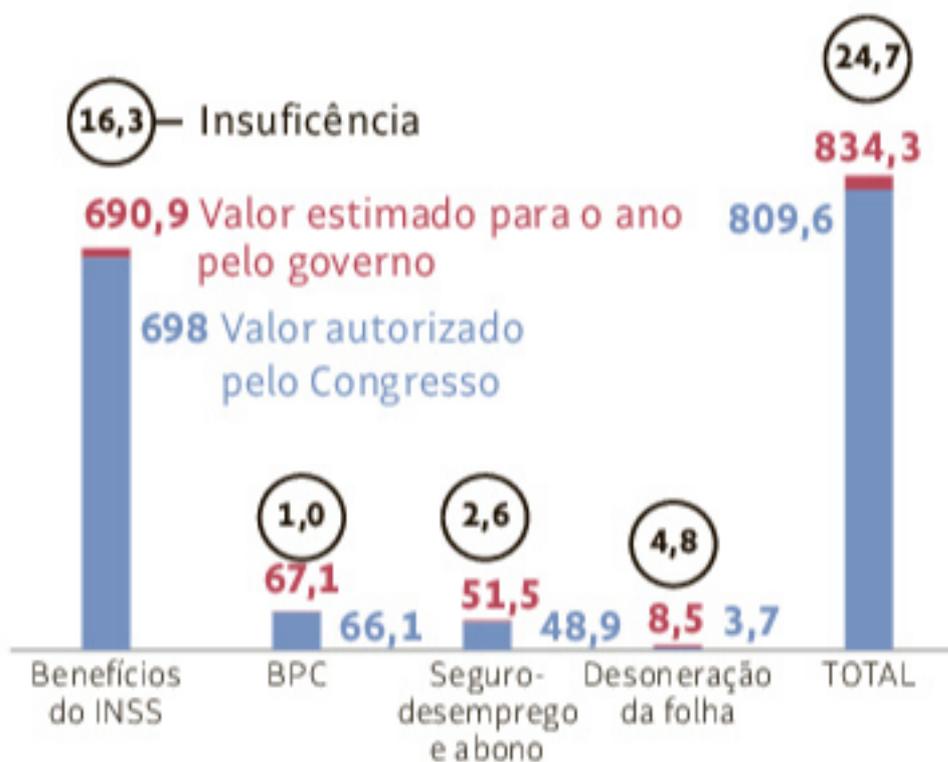
No entanto, até o último trimestre de 2020, após mais de um ano e meio de vigência, o número de benefícios cassados desde o início do programa estava em 261 mil, segundo dados do **INSS**, com economia anual estimada em R\$ 4,3 bilhões.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49508&\\_ga=2.36358368.1181722026.1619247739-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6433046&pd=5fb3497ee42ceff45fe6150822d55ba3](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49508&_ga=2.36358368.1181722026.1619247739-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6433046&pd=5fb3497ee42ceff45fe6150822d55ba3)**

## Orçamento subestimou gastos obrigatórios

Em R\$ bilhões



Fontes: Ministério da Economia e Consultoria de Orçamento da Câmara



## CENÁRIO

Gastos  
previdenciários  
previstos  
para este ano

**R\$ 709,3  
bilhões**

Sem medidas  
do INSS

**R\$ 706,8  
bilhões**

Com medidas  
do INSS

# "Houve falhas graves no processo de vacinação"



"O áudio que veio a público mostra, claramente, que há uma articulação de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde para blindar o processo"

**Guilherme Peixoto, Natasha Wemeck**

Instalada em março, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para apurar suspeita de vacinação irregular contra a COVID-19 de servidores da Secretaria de Estado de Saúde (SES) ganhou novos elementos no sábado. Apuração preliminar feita pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) aponta indícios de irregularidades na imunização, o que resultou em processos administrativos contra três funcionários da pasta. "Está cada vez mais claro que, de fato, aconteceu processo de furar fila", diz o deputado João Vítor Xavier (Cidadania), presidente da CPI. Em entrevista ao Estado de Minas, ele explica os próximos passos da comissão. "A partir de agora, temos que identificar os responsáveis". Os parlamentares se debruçam também sobre áudio revelado na quinta-feira passada, que aponta possíveis combinações de servidores da pasta para tentar driblar a sindicância.

Exonerado pelo governador Romeu Zema (Novo) após a conversa vir a público, o ex-chefe de gabinete da pasta João Pinho, é apontado como o funcionário que propõe a subordinados deixar o regime de home office e retornar ao trabalho presencial. A estratégia, argumenta, poderia justificar a mudança de documentos pedidos por CPI e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre o expediente adotado pelos servidores vacinados à época da aplicação das

doses. O episódio também gerou a demissão de Everton Souza do comando da assessoria de comunicação. "O que eles tentam fazer, na verdade, é dissimular irregularidades e ludibriar o Ministério Público e a Assembleia", afirma João Vítor. A CPI se prepara para ouvir os envolvidos na reunião. João Pinho e Everton Souza foram convocados a prestar depoimento como investigados. As explicações do ex-secretário de Saúde Carlos Eduardo Amaral, pivô do escândalo, serão dadas adiante.

Os trabalhos da CPI, que tem poderes de Justiça, foram "divididos". Após os suspeitos de furar fila, os deputados vão tratar dos recursos aplicados pelo governo estadual no enfrentamento à pandemia. "Todos os estados do Brasil aumentaram os investimentos em saúde no ano passado, exceto Minas Gerais. Queremos entender porque isso aconteceu", explica João Vítor Xavier. A vacinação de trabalhadores do Legislativo também é investigada, bem como o caso do deputado estadual Professor Irineu (PSL), imunizado em Betim, na região metropolitana, mesmo fora da faixa etária contemplada à época.

Os deputados foram surpreendidos com o áudio de uma reunião em que servidores da SES articulam formas de mudar documentos para obstruir os trabalhos da CPI. Como isso altera o curso das investigações?

É muito grave o que aconteceu. Estamos falando de servidores que tentavam combinar uma versão para enganar uma CPI e o Ministério Público. Isso impacta de maneira profunda na CPI. Nos obrigou a transformar mais pessoas em investigados, a fazer novas oitivas e a ampliar o raio de ação que tínhamos. Isso também não deixa de confirmar aquilo que era a suspeita que levou à abertura da CPI, que irregularidades vinham acontecendo nesse processo de vacinação. O que eles tentam fazer, na verdade, é dissimular irregularidades e ludibriar o Ministério Público e a Assembleia.

Como os resultados obtidos pela Controladoria-Geral do Estado vão ser utilizados pelos deputados?

(As conclusões) só reforçam o que a Assembleia tem afirmado desde o início das investigações e da apuração da CPI: que há indícios muito robustos de

irregularidades e que era preciso uma investigação. Está cada vez mais claro que, de fato, aconteceu processo de furar fila. Mas a investigação só vai ser concluída quando tivermos nomes e responsabilidades de cada um nesse processo. Assim que eles (a CGE) nos mandarem todos os dados, poderão colaborar para nossa investigação - e (as informações) serão utilizadas. Certamente, as pessoas identificadas pela Controladoria do Estado serão também investigadas pela Assembleia.

Já é possível apontar conclusões obtidas pela CPI até este momento?

É muito claro que, de fato, tivemos falhas graves no processo de vacinação. É muito claro que tivemos pessoas vacinadas no momento inadequado, o que gera prejuízos para o processo de imunização de todo o estado. E, agora, fica mais claro ainda com os áudios que vieram a público. O que temos de fazer é uma conclusão indicando quem são os responsáveis por tais atos. Quem cometeu qual tipo de irregularidade. É nisso que estamos afunilando o trabalho. Irregularidades aconteceram - e isso é claro. A partir de agora, temos que identificar os responsáveis.

No centro das investigações, está Carlos Eduardo Amaral, ex-secretário de Saúde. Já há data para a oitiva dele?

Carlos Eduardo Amaral foi a mola propulsora desta CPI. Desde o primeiro momento, ele é tido como investigado. É natural que a oitiva dele fique para o final, até para que, como investigado, possa se defender de eventuais denúncias. Vamos, nesta semana, ouvir algumas testemunhas que já estavam marcadas. Vamos começar a ouvir os novos investigados elencados a partir do processo detonado ontem (quinta, dia da divulgação do áudio). Na sequência, pretendemos ouvir o ex-secretário e o ex-secretário adjunto (Luiz Marcelo Cabral Tavares).

Há algumas semanas, o senhor se queixou de uma superintendente da Saúde que se esquivou das perguntas durante o depoimento. Essa tem sido uma prática recorrente?

O áudio que veio a público mostra, claramente, que há uma articulação de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde para blindar o processo. Algumas pessoas tentaram fazer uma organização e outras tiveram atitudes criminosas como as que ouvimos. Mas que há uma organização para tentar que as pessoas cheguem com um discurso pensado e defensivo, me parece muito claro. Isso aparece a toda hora. Mais do que nas oitivas, é o retrato da gravação. Há um processo deliberado para tentar esconder e minimizar fatos.

A CPI foi criada para investigar também questões ligadas à aplicação de recursos no sistema de saúde do estado. Já há direcionamentos para abordar esse ponto?

Cássio Soares (do PSD, relator da CPI) começou a preparar requerimentos que ele considera importantes de serem aprovados. Assim que terminarem as oitivas e análise de documentos (sobre a possível vacinação irregular de servidores), vamos para a segunda parte. Há um dado muito importante: todos os estados do Brasil aumentaram os investimentos em saúde no ano passado, exceto Minas Gerais. Queremos entender porque isso aconteceu. Em um momento de pandemia, onde o mundo inteiro investe mais em saúde, Minas investiu menos. Isso é o principal - e precisa ser esclarecido. Estamos falando da vida das pessoas no momento em que a sociedade mais precisa de saúde pública. Nunca os gastos com hospitais, CTIs, remédios, vacinas e **servidores públicos** foram tão grandes. O que aconteceu que, aqui, se gastou menos que no ano anterior enquanto todo mundo gastou mais? Todos os outros são incompetentes ou Minas Gerais é que optou em não investir em saúde no momento mais grave de sua história?

A CPI também apura possíveis irregularidades na vacinação de profissionais do Legislativo. A prefeitura de Betim confirmou que um deputado, Professor Irineu, se vacinou antes da hora. Como esse caso será tratado pela comissão?

Tratamos esse caso com a mesma importância dada a todos os outros. Aconteceu no âmbito de uma prefeitura - quem investiga as prefeituras são as câmaras municipais. Mas, por se tratar de um deputado e tudo o que isso representa simbolicamente, não queremos, e não seremos, omissos. Pedimos, respeitando a autonomia da Prefeitura de Betim - que só pode ser investigada pela Câmara Municipal da cidade - o compartilhamento das informações para que possamos ter os dados do que foi apurado. O que apurarmos por meio desta investigação feita com a Prefeitura de Betim será encaminhado às autoridades competentes: Ministério Público e, por tratar-se de um deputado, o Conselho de Ética da Assembleia.

JOÃO VITOR XAVIER, Presidente da CPI que investiga imunização de servidores da Secretaria de Saúde de Minas

Site: <http://digital.em.com.br/>

## ENTREVISTA/JOÃO VÍTOR XAVIER

Presidente da CPI que investiga imunização de servidores da Secretaria de Saúde de Minas

Deputado diz que há “indícios robustos” de que servidores furaram fila da imunização

# “Houve falhas graves no processo de vacinação”

GUILHERME PEIXOTO

Instalada em março, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para apurar suspeita de vacinação irregular contra a COVID-19 de servidores da Secretaria de Estado de Saúde (SES) ganhou novos elementos no sábado. Apuração preliminar feita pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) aponta indícios de irregularidades na imunização, o que resultou em processos administrativos contra três funcionários da pasta. “Está cada vez mais claro que, de fato, aconteceu processo de furar fila”, diz o deputado João Vítor Xavier (Cidadania), presidente da CPI. Em entrevista ao Estado de Minas, ele explica os próximos passos da comissão. “A partir de agora, temos que identificar os responsáveis”. Os parlamentares se debruçam também sobre áudio revelado na quinta-feira passada, que aponta possíveis combinações de servidores da pasta para tentar driblar a sindicância.

Exonerado pelo governador Romeu Zema (Novo) após a conversa vir a público, o ex-chefe de gabinete da pasta João Pinho, é apontado como o funcionário que propõe a subordinados deixar o regime de home office e retornar ao trabalho presencial. A estratégia, argumenta, poderia justificar a mudança de documentos pedidos por CPI e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre o expediente adotado pelos servidores vacinados à época da aplicação das doses. O episódio também gerou a demissão de Everton Souza do comando da assessoria de comunicação. “O que eles tentam fazer, na verdade, é dissimular irregularidades e ludibriar o Ministério Público e a Assembleia”, afirma João Vítor. A CPI se prepara para ouvir os envolvidos na reunião. João Pinho e Everton Souza foram convocados a prestar depoimento como investigados. As explicações do ex-secretário de Saúde Carlos Eduardo Amaral, pivô do escândalo, serão dadas adiante.

Os trabalhos da CPI, que tem poderes de Justiça, foram “divididos”. Após os suspeitos de furar fila, os deputados vão tratar dos recursos aplicados pelo governo estadual no enfrentamento à pandemia. “Todos os estados do Brasil aumentaram os investimentos em saúde no ano passado, exceto Minas Gerais. Queremos entender porque isso aconteceu”, explica João Vítor Xavier. A vacinação de trabalhadores do Legislativo também é investigada, bem como o caso do deputado estadual Professor Irineu (PSL), imunizado em Betim, na região metropolitana, mesmo fora da faixa etária contemplada à época. (Colaborou Natasha Werneck)

**Os deputados foram surpreendidos com o áudio de uma reunião em que servidores da SES articulam formas de mudar documentos para obstruir os trabalhos da CPI. Como isso altera o curso das investigações?**

É muito grave o que aconteceu. Estamos falando de servidores que tentavam combinar uma versão para enganar uma CPI e o Ministério Público. Isso impacta de maneira profunda na CPI. Nos obrigou a transformar mais pessoas em investigados, a fazer novas oitivas e a ampliar o raio de ação que tínhamos. Isso também não deixa de confirmar aquilo que era a suspeita que levou à abertura da CPI, que irregularidades vinham acontecendo nesse processo de vacinação. O que eles tentam fazer, na verdade, é dissimular irregularidades e ludibriar o Ministério Público e a Assembleia.

**Como os resultados obtidos pelo Controladoria-Geral do Estado vão ser utilizados pelos deputados?**

(As conclusões) só reforçam o que a Assembleia tem afirmado desde o início das investigações e da apuração da CPI: que há indícios muito robustos de irregularidades e que era preciso uma investigação. Está cada vez mais claro que, de fato, aconteceu processo de furar fila. Mas a investigação só vai ser concluída quando tivermos nomes e responsabilidades de cada um nesse processo. Assim que eles (a CGE) nos mandarem todos os dados, poderemos colaborar para nossa investigação — e (as informações) serão utilizadas. Certamente, as pessoas identificadas pela Controladoria do Estado serão também investigadas pela Assembleia.

**Já é possível apontar conclusões obtidas pela CPI neste momento?**

É muito claro que, de fato, tivemos falhas graves no processo de vacinação. É muito claro que tivemos pessoas vacinadas no momento inadequado, o que gera prejuízos para o processo de imunização de todo o estado. E, agora, fica mais claro ainda com os áudios que vieram a público. O que temos de fazer é uma conclusão indicando quem são os responsáveis por tais atos. Quem cometeu qual tipo de irregularidade. É nisso que estamos afinando o trabalho. Irregularidades aconteceram — e isso é claro. A partir de agora, temos que identificar os responsáveis.

**No centro das investigações, está Carlos Eduardo Amaral, ex-secretário de Saúde. Já há data para a oitiva dele?**

Carlos Eduardo Amaral foi a mola propulsora desta CPI. Desde o primeiro momento, ele é tido como investigado. É natural que a oitiva dele fique para o final, até para que, como investigado, possa se defender de eventuais denúncias. Vamos, nesta semana, ouvir algumas testemunhas que já estavam marcadas. Vamos começar a ouvir os novos investi-



LEANDRO COURI/EM/DA. PRESS - 24/3/21

**guntas durante o depoimento. Essa tem sido uma prática recorrente?**

O áudio que veio a público mostra, claramente, que há uma articulação de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde para blindar o processo. Algumas pessoas tentaram fazer uma organização e outras tiveram atitudes criminosas como as que ouvimos. Mas que há uma organização para tentar que as pessoas cheguem com um discurso pensado e defensivo, me parece muito claro. Isso aparece a toda hora. Mais do que nas oitivas, é o retrato da gravação. Há um processo deliberado para tentar esconder e minimizar fatos.

**A CPI foi criada para investigar também questões ligadas à aplicação de recursos no sistema de saúde do estado. Já há direcionamentos para abordar esse ponto?**

Cássio Soares (do PSD, relator da CPI) começou a preparar requerimentos que ele considera importantes de serem aprovados. Assim que terminarem as oitivas e análise de documentos (sobre a possível vacinação irregular de servidores), vamos para a segunda parte. Há um dado muito importante: todos os estados do Brasil aumentaram os investimentos em saúde no ano passado, exceto Minas Gerais. Queremos entender porque isso aconteceu. Em um momento de pandemia, onde o mundo inteiro investe mais em saúde, Minas investiu menos. Isso é o principal — e precisa ser esclarecido. Estamos falando da vida das pessoas no momento em que a sociedade mais precisa de saúde pública. Nunca os gastos com hospitais, CTIs, remédios, vacinas e servidores públicos foram tão grandes. O que aconteceu que, aqui, se gastou menos que no ano anterior enquanto todo mundo gastou mais? Todos os outros são incompetentes ou Minas Gerais é que optou em não investir em saúde no momento mais grave de sua história?

**A CPI também apura possíveis irregularidades na vacinação de profissionais do Legislativo. A Prefeitura de Betim confirmou que um deputado, Professor Irineu, se vacinou antes da hora. Como esse caso será tratado pela comissão?**

Tratamos esse caso com a mesma importância dada a todos os outros. Aconteceu no âmbito de uma prefeitura — quem investiga as prefeituras são as câmaras municipais. Mas, por se tratar de um deputado e tudo o que isso representa simbolicamente, não queremos, e não seremos, omissos. Pedimos, respeitando a autonomia da Prefeitura de Betim — que só pode ser investigada pela Câmara Municipal da cidade — o compartilhamento das informações para que possamos ter os dados do que foi apurado. O que apuramos por meio desta investigação feita com a Prefeitura de Betim será encaminhado às autoridades competentes: Ministério Público e, por tratar-se de um deputado, do Conselho de Ética da Assembleia.

“O áudio que veio a público mostra, claramente, que há uma articulação de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde para blindar o processo”

gados elencados a partir do processo detonado ontem (quinta, dia da divulgação do áudio). Na sequência, pretendemos ouvir o ex-secretário e o ex-secretário adjunto (Luiz Marcelo Cabral Tavares).

**Há algumas semanas, o senhor se queixou de uma superintendente da Saúde que se esquivou dos per-**

## Avaliação presidencial em xeque



**LUIZ CALCAGNO, MARINA BARBOSA**

Em um dos piores momentos do governo, o presidente da República enfrenta um labirinto de números. Jair Bolsonaro procura o caminho para patamares superiores nas avaliações econômicas, mas só encontra escadas descendentes. E os únicos caminhos que sobem são o de contaminados e mortos por coronavírus e da reprovação perante a população. O número de mortos está a caminho da fúnebre marca de 400 mil, e a quantidade de brasileiros que perderão a luta contra o vírus pode chegar a 5 mil em 24 horas, segundo estimativas da Universidade Federal Fluminense.

E Bolsonaro não poderá dizer sequer que estava preocupado com a economia, pois, como especialistas alertaram durante todo ano de 2020, a quantidade de contaminados e mortos refletiria em um cenário econômico ruim. Nas últimas semanas, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) registraram queda nos índices de confiança de empresários e consumidores brasileiros, puxados, justamente, pelo descontrole provocado pela pandemia. A piora das expectativas é sentida de forma generalizada pelos setores econômicos e deixará investimentos, contratações e o consumo retraídos nos próximos meses, o que deverá segurar ainda mais a retomada econômica do país.

De acordo com a FGV, a prévia da sondagem da indústria de abril indica risco de uma quarta queda consecutiva, de 1,1 no Índice de Confiança da Indústria (ICI). Se a redução se confirmar, o ICI vai de 104,2, registrado em março, para 103,1, a menor marca desde agosto de 2020, quando o índice estava em 98,7. Na série de quedas, as medições ficaram em -3,6 em janeiro, -3,4 em fevereiro e -3,7 em março. Divulgado em abril, o Indicador Antecedente de

Emprego (IAEmp) de março, por sua vez, teve queda de 5,8 pontos, e foi para 77,1 pontos. É também o menor número desde agosto, quando o IAEmp estava em 74,8. Segundo a FGV, a queda foi puxada pelo cenário da pandemia.

O IAEmp registrou queda de 2,2 em janeiro e 0,6 em fevereiro. E divulgado em 31 de março, o Índice de Confiança Empresarial é outro com forte recuo, de -5,6 pontos, novamente por conta da crise sanitária, indo para 85,5 pontos. Consequentemente, o Índice de Confiança do Comércio ficou em -18,5 pontos, caindo para 72,5 pontos, e o do consumidor teve recuo de 9,8 pontos, para 68,2.

Um levantamento do PoderData aponta que a taxa de rejeição a Bolsonaro está em 56%. Já de acordo com pesquisa do Datafolha, a reprovação ao governo foi de 40% a 44% entre janeiro e março deste ano. O indicador equivale ao de maio e junho de 2020, pior índice registrado na gestão. O saldo negativo é de 12 pontos percentuais em relação a dezembro, quando a reprovação era de 32%. A esperança de melhora está no avanço da vacinação, sob comando do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, o quarto a assumir a pasta durante a pandemia.

"Cavalo de pau"

O cientista político André Rosa explica que há uma intrincada relação entre os índices econômicos de confiança, a alta de contaminação e mortes por coronavírus e a popularidade do presidente. Além disso, ele lembra, a confiança do consumidor e a do empresariado caminham juntas. "Temos muita confusão entre os Poderes e um Executivo que foi negacionista desde o começo da pandemia e, agora, teve que baixar o tom, usar máscara. Como o empresário avalia? Não tem segurança política. O Brasil dificilmente receberá investimento estrangeiro e não se sabe até quando vai durar a crise sanitária que afeta a economia", avalia. Ao mesmo tempo, destaca o especialista, trabalhadores não sabem se permanecerão no emprego e consomem menos, pagam à vista, e o dinheiro para de circular. A piora no cenário, por sua vez, acaba provocando demissões. "E a queda da popularidade está relacionada à má gestão da crise sanitária, que afeta os índices de confiança, principalmente do consumidor", pontua.

André Rosa lembra que o governo não foi pego de surpresa. O cenário de agravamento da crise era previsto. Para ele, Bolsonaro agiu na esteira do ex-

presidente americano Donald Trump que, no entanto, estava em eleições e fez um cálculo político errado ao apostar que o vírus seria passageiro. "Hoje, o eleitor tem o voto econômico. Se tem renda e emprego, reforça o governo. Se cai, busca outra alternativa", alerta. Para o cientista político, Bolsonaro tenta dar um "cavalo de pau" nas convicções e pode perder eleitores. "Ele tem equívocos em todas as ações. Até para proteger o setor econômico, ele errou", afirma.

Pátria Voluntária gasta mais do que arrecada

Lançado há quase dois anos, o programa Pátria Voluntária segue firme nas redes sociais da primeira-dama Michelle Bolsonaro, que coordena a iniciativa. No mundo real, porém, o programa praticamente não recebe novas doações desde julho do ano passado. Dados do próprio governo mostram que o Pátria Voluntária gastou até agora mais com propaganda do que destinou em doações. Até março deste ano, o governo empregou R\$ 9,3 milhões para divulgar o Pátria. Foram R\$ 9,039 milhões em publicidade e mais R\$ 359 mil para manter no ar o site do programa. Já as doações feitas por empresas privadas e pessoas físicas que o programa repassou às entidades que atendem pessoas carentes estão em R\$ 5,89 milhões. A maior parte foi transformada em cestas básicas. O programa parou no momento em que mais da metade dos domicílios brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar em consequência da pandemia da covid-19.

Chance de protestos

Na visão do estrategista político Orlando Thomé, dos 30% de apoio sólido que Bolsonaro consegue manter desde 2019, cerca da metade já assume um tom cético com o governo. É um grupo que pode vir a abandonar o presidente graças à gestão da pandemia. Ele destaca, ainda, que, mesmo nos melhores momentos do governo, a aprovação de Bolsonaro nunca foi "espetacular". "Tivemos, ao longo de 2020, uma crise pandêmica em que não havia remédio que não o isolamento. O presidente foi contra. Quando surgiu no mercado a possibilidade das vacinas, abriu-se uma esperança para as pessoas e ele critica os imunizantes. E a narrativa negacionista segue, mesmo o governo liberando recurso", lembra.

Para Thomé, desgastado, Bolsonaro tenta adaptar as narrativas, mas ele não consegue falar com a mesma intensidade, e a população percebe. Depois, havia expectativa de agentes econômicos sobre a vacina, que o governo atrasou em adquirir. "Isso faz com que agentes econômicos digam "basta". O que se reflete nos manifestos de grandes grupos econômicos e na queda nos índices de confiança", destaca.

Vacina e emprego

Thomé acredita que, após a vacinação, Bolsonaro enfrentará manifestações nas ruas, semelhantes às de 2013. Já o advogado e cientista político Rafael Favetti destaca que Bolsonaro perdeu a oportunidade de mudar o estilo negacionista de outros líderes de extrema-direita no mundo, entre eles, o próprio Trump e o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson. "Teve um segundo momento que o presidente do Brasil foi o maior propagandista mundial de um tipo de tratamento de eficácia não comprovada. E tivemos por derradeiro a rejeição à CoronaVac, que abastece o SUS", recorda.

Agora, Bolsonaro tenta mudar o discurso sem uma autocrítica, o que gera desconfiança. "Gestores erram. Boris Johnson fez uma autocrítica na TV", diz. Para piorar, o governo Bolsonaro já não passava os sinais corretos, mesmo antes da pandemia. Principalmente no setor econômico. O intervencionismo de Bolsonaro não dá espaço de manobra para a equipe de Paulo Guedes, o que insatisfaz o setor econômico desde 2019. A **reforma tributária** e as privatizações não caminham, o auxílio ficou menor, falta vacina e o desemprego cresceu, aponta. (LC e MB)

# Lira agiliza reforma tributária

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou pelas redes sociais no fim de semana que o relatório da **reforma tributária** será apresentado em 3 de maio. Ele disse que o Congresso Nacional não ser "prisioneiro da paralisia política das guerras legislativas". A proposta acaba com três **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), extingue o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o consumo. No lugar deles, é criado o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

"O Congresso não pode ficar prisioneiro da paralisia política das guerras legislativas. Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade", disse o presidente. "O objetivo é discutir com a sociedade, fazer consultas públicas, receberas críticas e os aprimoramentos, com transparência e participação de todos. Temos de enfrentar os problemas do Brasil, apesar das crises, passageiras", completou Lira.

O relator da comissão mista, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), já havia afirmado, em fevereiro, que seu parecer vai se concentrar na simplificação dos **impostos** sobre consumo e que iria apresentar um texto que contenha pontos consensuais das principais propostas em tramitação (PEC 45/2019, PEC110/2019, PL 3887/2020).

A comissão mista da Câmara que analisava a proposta perdeu validade no fim de março e está paralisada. A discussão sobre a **reforma tributária** está há mais de um ano no Congresso, por causa de entraves nas negociações devido à apresentação de propostas divergentes na Câmara e no Senado. Enquanto o Legislativo enfrenta impasses para elaboração do parecer em defesa de seus interesses, o governo faz pressão para aprovação das pautas governamentais. Dessa forma, o texto se arrasta no Congresso e até hoje nenhum relatório foi apresentado.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Reforma tributária reduz desníveis sociais e regionais (3)

Qualquer debate sobre **reforma tributária** aborda, entre tantos temas sensíveis, seu efeito sobre os mais pobres e os entes federativos menos dos. São tantos os interesses envolvidos que nunca foi fácil fazer tramitar pelo Congresso alterações nos **impostos**, mesmo havendo consenso sobre a necessidade. Propostas de **reforma tributária** que até outro dia não saíam das manchetes voltaram a hibernar no Legislativo, apesar dos fortes argumentos em seu favor.

Tramita na Câmara a PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com base em estudos do economista Bernard Appy. Ela sugere a fusão de **impostos**, com a finalidade de descomplicar o sistema atual, fator de custo para as empresas. Propõe criar um imposto sobre valor agregado de bens e serviços, o IVA, um modelo de tributo usado há muito tempo com êxito nos países desenvolvidos. Outra proposta semelhante está no Senado. Até agora, o governo enviou ao Congresso apenas um projeto que funde PIS e Cofins para criar a Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Faz sentido ser mais ousado nas mudanças.

Appy, em artigo, admite que elas sejam feitas em etapas, mas afirma que precisam ser profundas para corrigir as distorções. Lembra que a reforma entra em vigor aos poucos, em 30 anos.

Em artigo recente no site "Jota", um grupo de especialistas rebate alguns mitos que cercam a reforma ampla defendida por Appy. Entre eles, a ideia de que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), proposto na PEC 45 como resultado da fusão de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, prejudicará os estados mais pobres. Tal ideia sustenta que, como o novo imposto incidirá no local de consumo de bens e serviços, não haverá com o governadores e prefeitos oferecerem incentivo tributário.

O artigo, assinado por Marcos Lisboa, Marcos Mendes, Sérgio Gobetti e Breno Vasconcelos, considera um equívoco afirmar que não será mais possível criar políticas de atração de investidores. Com o aumento de arrecadação provocado pela reforma, dizem, governadores e prefeitos poderão reservar em seus orçamentos recursos para subsidiar empresas, de forma mais transparente do que hoje, permitindo que o eleitor avalie os custos e os

benefícios dos incentivos.

O que a reforma elimina é a guerra fiscal, com suas distorções.

Com a tributação no destino, o potencial de arrecadação dos estados menos desenvolvidos será maior afirma a análise. Ela cita uma simulação segundo a qual todos os estados do Nordeste e Norte (com exceção do Amazonas) e respectivos municípios aumentariam seu peso na arrecadação do IVA, em relação à participação atual que têm no ICMS e ISS.

Outro mito desmentido pelo artigo é a crítica de que o IVA prejudica os pobres, por não permitir alíquotas diferenciadas sobre produtos, como os da cesta básica. Todos consomem produtos da cesta básica, não apenas os pobres. O texto cita o boletim de setembro de 2019 acerca dos subsídios da União, segundo o qual, dos R\$ 16 bilhões destinados à cesta básica na tributação do PIS/Cofins, só R\$ 1,6 bilhão beneficiou os 20% mais pobres da população. Os 25% mais ricos se apropriaram de R\$ 4,5 bilhões do total. O indicado, segundo os autores, é destinar o recurso dos subsídios ao Bolsa Família, mais eficaz como programa. A **reforma tributária** também contribuirá para aperfeiçoar as políticas sociais.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Risco de aumento de imposto na reforma inquieta Economia



Lira: presidente da Câmara diz que pretende discutir reforma com a sociedade

**Fabio Graner**

Entrou no radar da equipe econômica a possibilidade de o relatório da **reforma tributária** do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) promover um aumento na carga de **impostos** e contribuições sobre a economia brasileira. Essa hipótese está sendo levantada pelo time do ministro Paulo Guedes, principalmente pela questão da calibragem do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que na PEC principal (45) substitui uma série de **impostos** federais, estaduais e municipais.

O Ministério da Economia tem contribuído com informações e simulações sobre os novos desenhos para o sistema, que já estariam com Ribeiro. A proposta do governo é começar mudando apenas o PIS/Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBC), um tributo federal, que poderia ser, com o tempo, acoplado ao ICMS e ISS.

Já a PEC 45, que era patrocinada pelo ex-presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), faz uma mudança mais ampla nos **tributos** sobre consumo e pode trazer outras medidas, mas provavelmente deixará de fora o imposto sobre transações que bancaria a desoneração da folha de pagamentos das empresas. "Não aceitaremos aumento de carga tributária", garantiu uma fonte da pasta.

No sábado, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), prometeu para o dia 3 de maio a apresentação de uma "versão inicial" do texto da reforma, que diferentes governos tentam fazer há três décadas. Sem citar o relator da matéria, cuja troca chegou a ser cogitada, Lira disse que a intenção em marcar uma data é promover a discussão com a sociedade, fazer audiências públicas com transparência e a participação de todos.

"O Congresso não pode ficar prisioneiro de guerras legislativas. Mais do que nunca, temos de cumprir nosso dever com a sociedade", disse Lira, em rede social, sem deixar claro ao que se referia. O parlamento acabou de sair de um forte embate com o governo sobre os vetos no Orçamento está em meio a uma guerra sobre a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, que está para iniciar seus trabalhos no Senado.

Apesar dos atritos que recentemente teve com a equipe econômica, inclusive com aliados dele defendendo uma cisão do ministério, Lira tem se alinhado com representantes do mercado financeiro e prometido nessas reuniões que vai seguir a agenda de reformas, que inclui também a administrativa. Por pressão dele, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começou a trabalhar a tramitação das mudanças nas regras de contratação do setor público.

Essa postura reformista do chefe da Câmara, agrada o alto escalão do ministério comandado por Paulo Guedes, a despeito das preocupações com os possíveis rumos que Aguinaldo Ribeiro pode dar para o texto da tributária. Essa reforma e a administrativa são tratadas pela equipe de Guedes como os temas mais relevantes para a agenda econômica neste ano e, a despeito do barulho no Congresso, os sinais seriam favoráveis.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Congresso tem compromisso de votar reformas tributária e administrativa em 2021, diz Lira

SÃO PAULO (Reuters) - A Câmara dos Deputados e o Senado têm o compromisso de votar ainda neste ano as reformas tributária e administrativa, disse nesta segunda-feira o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em sua conta no Twitter.

Vou coordenar pessoalmente e com os líderes da Casa os encaminhamentos para as tratativas da **reforma tributária**. Tivemos um atraso com o recrudescimento da pandemia mas a reforma administrativa, por exemplo, já começa a ser discutida com algumas audiências públicas, afirmou na rede social.

Eu acredito que possamos votar as duas reformas este ano. Temos o compromisso das duas Casas de votar este ano as duas reformas. Procurarei o ministro Paulo Guedes para falar sobre a **reforma tributária**, acrescentou.

A aprovação ainda em 2021 das reformas tributária e administrativa também é defendido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

A tramitação das duas matérias --naturalmente espinhosas por tratarem de interesses dos entes federados, no caso da tributária, e do funcionalismo público, na administrativa-- pode, no entanto, ser dificultada por causa da pandemia de Covid-19 e do calendário eleitoral do ano que vem.

(Reportagem de Eduardo Simões)

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/04/26/congresso-tem-compromisso-de-votar-reformas-tributaria-e-administrativa-em-2021-diz-lira.htm>**

# Para qual passado vamos retornar? - ROBERTO BRANT

## ROBERTO BRANT

"Mais uma vez, estamos regredindo na economia e, para piorar, estamos sendo devastados por uma pandemia que o governo fracassou em prever e não se empenhou em combater" Comecei a minha vida quando o Brasil era o país do futuro. Hoje tenho medo de terminá-la com o Brasil sendo o país do passado. Durante a maior parte do século 20, nosso país era amplamente reconhecido como fadado a estar no grupo dos países ricos num tempo não muito distante. Desde o início dos anos 1900, a nossa renda por habitante cresceu regularmente a taxas elevadas, chegando a quase 3% nas décadas de 1920 e 1930, passando a 4,1% na década de 1950 e 5,8% nos anos 1970, mesmo com a população crescendo muito rapidamente.

Em dólares de ano 2000, a renda per capita dos brasileiros saltou de US\$ 586 em 1940 para US\$ 3.052 em 1980, multiplicando-se mais de cinco vezes. Se este ritmo fosse mantido, nossa renda hoje em dólares estaria em torno de US\$ 16.000 em preços correntes ou mais de US\$ 30.000 em termos da chamada paridade do poder de compra, que ajusta a renda pelos preços vigentes em cada país. Neste nível o Brasil seria hoje um país rico.

Isto, infelizmente, não aconteceu, por uma variedade de causas sobre as quais não se estabeleceu ainda um consenso razoável. Desde 1980, a economia brasileira não teve mais um crescimento regular e, em alguns períodos longos, como as décadas de 1981/1990 e 2011/2020, tivemos crescimento negativo da renda por habitante e ficamos mais pobres.

As nações podem ter muitos objetivos, fracassar em alguns deles e ter êxito em outros, seguindo seu caminho na história sem maiores percalços. No Brasil, porque temos extensão territorial, grande população e uma infinidade de recursos, ao mesmo tempo em que a maioria da população vive na pobreza ou mesmo na miséria, o crescimento econômico tem que ser um objetivo central. Manter-se por quase 40 anos praticamente na estagnação, por culpa exclusivamente nossa, é um pecado sem remissão.

Estamos vivendo agora um dos piores momentos de nossa história. Mais uma vez, estamos regredindo na economia e, para piorar, estamos sendo devastados

por uma pandemia que o governo fracassou em prever e não se empenhou em combater. Para completar, nossa sociedade está dividida, sem rumo e orientação. Daqui a um ano e meio a nação vai se reunir para escolher se deseja mais quatro anos deste governo ou, ao contrário, um outro governo diferente.

Consultando as pesquisas de opinião que têm sido divulgadas ultimamente, podemos perceber uma nação que se divide entre três rumos. Cerca de 32% afirmam que votariam em Lula, 30% que votariam em Bolsonaro e em torno de 27% que votariam numa lista de nomes de uma possível terceira via. Em termos gerais, as opções são praticamente equivalentes. Quase dois terços das pessoas projetam uma volta a algum passado. A opção Bolsonaro é a escolha pela volta de um país mais autoritário e mais militarizado, em que a ordem prevalece sobre tudo o mais, nos moldes do que foi o regime militar que durou de 1964 a 1985 e que legou à sociedade civil recessão, **inflação** e insolvência do Estado. A maioria das pessoas que expressa esta preferência nostálgica, na verdade, não conheceu pessoalmente o regime militar. Só as pessoas hoje com mais de 70 anos tiveram de fato esta experiência e são uma parcela muito pequena dos eleitores.

Os 13 anos de governos do PT são igualmente uma volta a um passado que não terminou bem. Os anos de Lula e Dilma foram anos de um crescimento irregular que, no seu final, combinou profunda recessão econômica, **inflação** e crise fiscal. Além disso, trouxe para a vida nacional polarização política, uma crise moral sem precedentes, corrupção institucionalizada e a desvalorização da vida política.

Um país que está indeciso entre voltar a um ou outro desses passados é certamente um país que não acredita mais em qualquer futuro melhor. O passado é algo a que não se deve voltar senão como uma introspecção que nos ilumine para que evitemos repetir os mesmos erros.

Um fio de esperança sobrevive porque um terço dos brasileiros mantém firme sua recusa em seguir nestes caminhos sombrios. Quem sabe ainda podem ser muito mais?

## Vacina no braço e comida no prato (2)

**João Doria, Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário**

Desde a redemocratização, nenhum período foi tão turbulento quanto o atual. Nos últimos oito anos, o Brasil enfrentou três grandes recessões, ficou mais pobre, mais frágil e mais vulnerável. Vivemos em um país estressado por ódios e ações sectárias, que conduzem à paralisia administrativa, impotência, atrasos e falta de soluções na gestão pública federal. Nesse ambiente contaminado, o que é preciso para encerrar a espiral de conflitos e erros e encontrar um caminho equilibrado e correto para o país?

Antes de qualquer outro passo, a prioridade é superar a pandemia. Mas, no Brasil, a postura negacionista do governo federal aprofundou divergências. Temos hoje uma clara separação entre os que defendem a saúde e a vida e os que propagam ilusões. Em São Paulo, a defesa da vida colocou empresários, trabalhadores, governo, universidades e sociedade civil na mesma mesa.

Cito dois exemplos significativos. Primeiro, a construção da nova fábrica do Butantan, destinada à produção nacional da Coronavac. Ela foi viabilizada por doações de 36 empresas, que investiram R\$ 182 milhões. Estará pronta em setembro e iniciará a produção em dezembro, completando o ciclo de transferência de tecnologia com o laboratório Sinovac, de Pequim. A oferta de vacinas pelo Butantan ajudou a colocar os brasileiros como o povo com maior desejo de se vacinar. Pesquisa realizada em 15 países revelou que a intenção de se vacinar contra a Covid-19, aqui no Brasil, subiu de 65%, em dezembro, para 89% em março.

O segundo exemplo é a campanha Vacina Contra a Fome. Em apenas cinco dias, ela arrecadou 2.300 toneladas de alimentos não perecíveis em 448 cidades de São Paulo. É um movimento voluntário, que propõe a doação de 1 kg de alimento, como arroz, feijão, macarrão e açúcar, nos postos de saúde, no dia em que você for receber a sua vacina. Ninguém é obrigado a levar alimento. A vacina estará lá, disponível e gratuita, com ou sem doação. Em poucos dias tivemos a adesão de 70% dos municípios paulistas. As entidades assistenciais ligadas às prefeituras distribuem as doações à população vulnerável.

Numa outra frente, enviamos à Assembleia Legislativa de São Paulo o projeto de lei que cria o Bolsa do

Povo, uma solução unificando e ampliando os programas sociais de São Paulo. O Bolsa do Povo exige, como contrapartida, trabalho ou estudo, o que valoriza ainda mais os beneficiários. Esperamos atender 500 mil pessoas, direta e indiretamente, com investimento superior a R\$ 1 bilhão.

Temos resumido esses programas na frase "Vacina no braço, comida no prato". São ações urgentes que ajudam a recuperar a confiança e retomar a união entre os brasileiros. Nossa experiência em torno de projetos aglutinadores vem desde o início do governo, em janeiro de 2019. Foi com parcerias que lançamos a despoluição do Rio Pinheiros, que estará limpo e despoluído até dezembro de 2022. E também o novo Museu do Ipiranga, que estará pronto para o Bicentenário da Independência, em setembro do próximo ano.

Saúde, emprego, combate à pobreza, meio ambiente, educação e cultura são áreas em que a causa se sobrepõe ao extremismo e ao populismo. Diálogo e transparência nos ajudam a levar adiante projetos ousados, como as PPPs (Parcerias Público-Privadas) e concessões na infraestrutura. Fortalecer o Estado, onde ele é essencial. E estimular a iniciativa privada, onde ela produz melhor. A economia de São Paulo obteve avanço de 0,4% em 2020, enquanto o Brasil recuou 4,1% no seu **PIB**.

As principais lideranças do país precisam substituir a gritaria pelo diálogo, o ódio pelo trabalho, o populismo pela realização. Esses são os valores da minha trajetória pessoal. Sou filho de um deputado federal cassado pela ditadura militar e, ainda criança, estive com meu pai no exílio. O sofrimento familiar me ensinou a sempre valorizar a democracia e a tolerância. Comecei a trabalhar aos 13 anos para ajudar a minha mãe. Estudei em escola pública e sofri dificuldades. Mas nunca alimentei ódios, nem rancores. Sei que o Brasil encontrará o caminho da união e da paz, para resgatar a confiança e a esperança.

[...] O que é preciso para encerrar a espiral de conflitos e erros e encontrar um caminho equilibrado e correto para o país? (...) As principais lideranças precisam substituir a gritaria pelo diálogo, o ódio pelo trabalho, o populismo pela realização

João Doria, Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**08**